

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.582.748 - DF (2019/0273319-7)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE : SINDICATO NACIONAL DOS SERV FED AUT NOS ENTES DE
FORM, PROM E FISC DA POLITICA DA MOEDA E DO
CREDITO-SINAL
ADVOGADA : CLEONICE LOURENÇO RODRIGUES DA SILVA E OUTRO(S)
- DF019808
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL
INTERES. : VALERIA CAMPOS DA SILVEIRA
INTERES. : VALQUIRIA ROCHA BARRETO
INTERES. : VALTER ROQUE DOS SANTOS REIS
INTERES. : VANIO CESAR PICKLER AGUIAR
INTERES. : VELUZIA FERNANDES DE OLIVEIRA
INTERES. : VENANCIO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO
INTERES. : VERA LUCIA SANTOS SILVA
INTERES. : VERA MARIA SCHNEIDER
INTERES. : VERNON TURNER WALMSLEY
INTERES. : VERSIANO INACIO FERREIRA
INTERES. : VICENTE FIALKOSKI
INTERES. : VICENTE MELO RODRIGUES
INTERES. : VILMA LUCIA SABINO RODRIGUES
INTERES. : VINICIUS GUEDES PINTO
INTERES. : VIVIANE PRETTI FEITOSA
INTERES. : VLADIMIR PINHEIRO BARREIRA
INTERES. : VLADIMIR OLIVEIRA DA MATTA
INTERES. : WAGNER DOS SANTOS
INTERES. : WALDIR DANIEL GOMES SANTANA
ADVOGADA : CLEONICE LOURENÇO RODRIGUES DA SILVA E OUTRO(S)
- DF019808

DECISÃO

Trata-se de Agravo de decisão que inadmitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "c", da CF) interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região cuja ementa é a seguinte:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. LEI N. 9.783/99. SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS. ALEGAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE DOS CÁLCULOS COM O TÍTULO JUDICIAL. TERÇO DE FÉRIAS. INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VALORES A RESTITUIR A TÍTULO DE ADICIONAIS PROGRESSIVOS. NÃO COMPROVADA. APELAÇÃO

PARCIALMENTE PROVIDA.

1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADIn 2.010 -DF, entendeu pela não incidência da contribuição previdenciária sobre proventos e pensões, em razão de incompatibilidade com o sistema contributivo a que se referem os art. 40, caput, e 195, § 5º, ambos da Constituição Federal, bem como pela inexigibilidade de alíquotas progressivas da aludida contribuição em relação aos servidores ativos, haja vista a vedação constitucional da tributação confiscatória, nos termos do art. 150, IV, da Carta Magna.

2. A sentença exequenda, com base na citada ADIn, julgou procedente o pedido para "declarar a inexigibilidade dos adicionais progressivos da contribuição previdenciária incidente sobre os vencimentos dos servidores ativos e da contribuição social incidente sobre proventos e pensões, instituídos pela Lei 9.783/99, em relação aos filiados do sindicato autor constantes de relação nominal juntada aos autos", sem, no entanto, ter se ocupado da análise da não incidência da CPSS sobre eventuais parcelas indenizatórias ou transitórias.

3. Considerando que a verba relativa ao terço constitucional de férias, independentemente de sua natureza, integrava a base de cálculo da contribuição previdenciária no regime da Lei n. 9.783/99, a teor do disposto no parágrafo único de seu art. 1º, conclui-se que, tendo em vista o provimento judicial transitado em julgado, em relação aos servidores inativos, cuja contribuição foi declarada inconstitucional, deve-lhes ser assegurada a restituição integral dos valores referentes à exação incidente sobre a parcela mencionada. Quanto aos servidores ativos, visto que o título judicial não afastou a incidência da contribuição sobre o terço de férias, os seus cálculos devem abranger apenas os valores alusivos às alíquotas progressivas da contribuição incidentes sobre tal verba, já que hígida, porque não afastada pela sentença exequenda, a alíquota de 11% incidente sobre os seus vencimentos.

4. O documento trazido pela União não se presta a corroborar a afirmação de que a CPSS incidiu sobre os vencimentos dos embargados apenas no percentual de 11%, legalmente previsto, revelando, na verdade, a efetiva incidência da alusiva exação sobre o terço constitucional de férias.

5. Apelação parcialmente provida.

Os Embargos de Declaração foram rejeitados (fls. 149 e 167, e-STJ).

A parte agravante, nas razões do Recurso Especial, sustenta que ocorreu, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 502 e 504 do CPC/2015; e violação de leis federais.

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 22.11.2019.

A irresignação não merece conhecimento.

Com efeito, "o conhecimento do agravo em recurso especial está condicionado à impugnação específica de todos os fundamentos da decisão que nega admissibilidade ao apelo nobre, sejam eles autônomos ou não" (EDcl no AREsp 419.689/ES, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 8.6.2016).

No caso, a inadmissibilidade do recurso pelo Tribunal de origem se deu pelas seguintes razões (fl. 194, e-STJ):

A pretensão de abertura da instância especial não prescinde do preenchimento dos requisitos de admissibilidade da irresignação, sob pena de se inviabilizar a prestação jurisdicional, vulnerando o escopo de obtenção da solução integral de mérito, em prazo razoável.

Dizer, genericamente, que o pedido de afastamento da contribuição previdenciária sobre o terço de férias dos substituídos em atividade estava incluído no título exequendo, sem, em contrapartida, mostrar exatamente o capítulo da sentença que assim dispôs, torna deficiente, nesse ponto, a fundamentação das razões recursais. Tal circunstância atrai a aplicação analógica do Enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ainda que assim não fosse, o acórdão recorrido se baseou em fundamentos constitucional e infraconstitucional, ambos suficientes, por si sós, para mantê-lo. Todavia, o SINAL não interpôs recurso extraordinário, daí por que também incide, em desfavor de sua pretensão, o óbice do Enunciado 126 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Para além disso, o acórdão recorrido expôs expressamente os fundamentos pelos quais reputou necessário decotar, do título exequendo, a verba ora impugnada. Nesse contexto, a suposta omissão não autoriza a devolução, ao Superior Tribunal, de seu conhecimento.

Tampouco o alegado dissídio jurisprudencial é capaz de tornar admissível o especial.

O recorrente não fez prova da divergência nem logrou demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, conforme exigido no § 1º do art. 255 do Regimento Interno do Egrégio STJ.

Compulsando-se detidamente o Agravo em Recurso Especial, não se percebe nenhum argumento, específico ou genérico, que se contraponha ao fundamento da decisão de inadmissibilidade proferida pelo Tribunal *a quo*. Ao revés, o que se identifica é a repetição das mesmas razões adotadas no Recurso Especial, que não conseguiram trânsito na instância de origem.

Nesse caso, aplica-se o art. 932, III, do CPC/2015, que afirma incumbir ao relator não conhecer de recurso que não ataque especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, *in verbis*:

Art. 932. Incumbe ao relator:

(...)

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; (grifo nosso).

Além disso, o Agravo interposto contra decisão denegatória de processamento de Recurso Especial e que não impugna, especificamente, seus fundamentos esbarra, por analogia, no óbice imposto pela Súmula 182/STJ, conforme entendimento desta Corte.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende ser necessária a impugnação dos fundamentos da decisão denegatória da subida do recurso especial para que se conheça do respectivo agravo. Logo, a Súmula 182 desta Corte foi corretamente aplicada ao caso.

2. Inadmitido o recurso especial com base na Súmula 7 do STJ, não basta a simples assertiva genérica de que se cuida de reavaliação da prova, ainda que feita breve menção à tese sustentada. O cotejo com as premissas fáticas de que partiu o aresto faz-se imprescindível.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 600.416/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 18/11/2016).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INOVAÇÃO DE TESE RECURSAL, EM SEDE DE AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO QUE NÃO IMPUGNA, ESPECIFICAMENTE, O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ E ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

I. Agravo interno interposto contra decisão monocrática que julgara Recurso Especial, interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73.

II. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a apresentação tardia, pela agravante, de apontamentos não abordados em recurso especial representa inovação recursal, vedada no âmbito do agravo regimental" (STJ, AgRg no REsp 1.505.311/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/04/2015).

III. Caso concreto em que a União limita-se a alegar que a

autora, ora agravada, não faz jus à pensão especial de ex-combatente, por não ser incapaz de prover seus meios de subsistência, na forma do art. 30 da Lei 4.242/63, questão nova, não suscitada, nas razões do Recurso Especial.

IV. Interposto Agravo interno com fundamentação deficiente, constituem óbices ao conhecimento do inconformismo a Súmula 182 desta Corte e o art. 1.021, § 1º, do CPC/2015.

V. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no REsp 1.598.880/ES, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 22/11/2016).

RECURSO FUNDADO NO CPC/2015. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. SÚMULA 83/STJ. FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A FUNDAMENTO AUTÔNOMO DA DECISÃO QUE INADMITE O RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 182/STJ. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO.

1. É inviável o conhecimento do agravo em recurso especial quando a decisão que não admitiu o recurso especial se baseia na incidência da Súmula 83/STJ como fundamento autônomo e suficiente para sua manutenção, e o agravante deixa de impugná-lo especificamente, limitando-se a repisar os argumentos expendidos nas razões do recurso especial. Aplicação, por analogia, da Súmula 182/STJ ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida.").

2. Na espécie, como o recurso especial foi inadmitido tendo por base a Súmula 83/STJ, caberia ao recorrente demonstrar que o entendimento jurisprudencial não está pacificado no mesmo sentido do acórdão recorrido, ou, ainda, que o precedente não se aplicaria ao caso dos autos. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.254.077/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 11/11/2011.

(...)

4. Agravo interno conhecido em parte para, na parte conhecida, negar-lhe provimento.

(AgInt no AREsp 889.040/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 10/11/2016).

PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. SÚMULA 182 DO STJ. INCIDÊNCIA.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

Superior Tribunal de Justiça

2. Conforme reiterada jurisprudência desta Corte de Justiça, o agravante deve infirmar, nas razões do regimental, todos os fundamentos da decisão impugnada, sob pena de não ser conhecido o seu recurso (art. 1.021, § 1º, do CPC/2015 e Súmula 182 do STJ).

3. Hipótese em que o recorrente não se desincumbiu do ônus de impugnar, de forma clara e objetiva, os motivos da decisão ora agravada.

4. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1.313.028/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 22/11/2016).

Considerando o previsto no Enunciado Administrativo 7/STJ, condeno o recorrente ao pagamento de honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o valor total da verba sucumbencial fixada nas instâncias ordinárias, com base no § 11 do art. 85 do CPC/2015.

Diante do exposto, **não conheço do Agravo em Recurso Especial.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator